

SUSTENTABILIDADE E O PLANTIO DIRETO NA PALHA

Engº Agrº Ivo Mello – Presidente da FEBRAPDP

O que é Sustentabilidade?

Conceitualmente o desenvolvimento sustentável tem origem numa iniciativa das Nações Unidas liderada pela então presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Doutora Gro Harlem Brundtland. Mrs Brundtland além de ter desempenhado a função de Ministra do Meio Ambiente da Noruega, foi a primeira e mais jovem mulher a ocupar o cargo de primeira ministra de seu país por dois períodos consecutivos. Quando desempenhou a presidência desta comissão na ONU, liderou o processo de negociação entre os diversos movimentos preocupados com a velocidade e agressividade do desenvolvimento econômico que tinha mínima preocupação com a integridade dos recursos naturais do planeta. O resultado deste processo foi a publicação em 1987 de um documento denominado Relatório Nosso Futuro Comum que reconhecendo a proatividade da presidenta, acabou sendo também reconhecido como “Relatório Brundtland”. Resumidamente socializava o conceito de desenvolvimento sustentável como **“aquele que é capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”**.

Os preceitos do Relatório Brundtland serviram a partir de então como base para a varias iniciativas como, por exemplo, a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988, considerada uma das mais avançadas em termos de preocupação com o meio ambiente. Em 1992 o Relatório Brundtland fundamentou a realização da 2ª Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Eco 92 – realizada no Rio de Janeiro. Por ocasião desta Conferência as Nações participantes acordaram a elaboração de um documento denominado Agenda 21 que deveria contemplar ações concretas no sentido de garantir a sustentabilidade das atividades humanas e a melhoria da qualidade de vida das atuais e futuras gerações. (adaptado de artigo publicado na revista Update de novembro de 2005 – www.amcham.com.br). Mrs Brundtland esteve no Brasil em novembro de 2005 a convite da Câmara Americana de Comércio para solenidade de entrega do Premio Eco2005. Aproveitando a ocasião a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha e a Fundação Agrisus elaboraram e entregaram um documento com base num artigo de autoria do Dr Bernardo Van Raij pesquisador do IAC, publicado na revista A Granja de setembro de 2005 – www.agranja.com.br. Neste documento as duas instituições consolidaram os princípios do Sistema Plantio Direto na Palha que concorrem de maneira proativa para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas de Produção Agropecuários. Reconhecido pela FAO e Banco Mundial como a estratégia de manejo de solos agropecuários que mais concorre para uma Agricultura Conservacionista, o Plantio Direto na Palha contribui de forma decisiva para o manejo sustentável de recursos naturais levando em conta o desafio de satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a possibilidade de atender as necessidades das gerações futuras. O documento entregue a Mrs Brundtland com o titulo “No Till for Sustainable Agriculture in Brazil” bem como o ofício que o encaminha, podem ser lidos na integra nos endereços: www.febrapdp.org.br e/ou www.agrisus.org.br.

Nossa iniciativa teve como objetivo divulgar e tornar conhecidos os benefícios que o Plantio Direto proporciona para o meio ambiente quando comparado com outras estratégias de ocupação do espaço rural principalmente no quesito manejo de solos. Quando comparamos o cultivo convencional com o plantio direto, características como diminuição de erosão e contaminação de corpos de água, redução no custo de potabilização da água, aumento da capacidade de armazenagem de água no perfil do solo, redução dos eventos agudos de secas e cheias, redução da quantidade de combustíveis fósseis por unidade de área, aumento de biodiversidade, diminuição de liberação de gases do efeito estufa, etc... são facilmente evidenciadas. Todos estes são metas estabelecidas pelos diversos documentos que regem as estratégias de desenvolvimento sustentável. As Convenções Quadro de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Desertificação através das diversas COPs (Conferencias das partes), são alguns destes documentos que firmados pelas Nações Unidas, vem pautando,

discutindo e estabelecendo os objetivos de qualidade que devemos contemplar em nossos planos de desenvolvimento regional.

A Sustentabilidade e a produção de alimentos

Com o título de “The Ears of Plenty”, o periódico *The Economist* (www.TheEconomist.com) publicou um artigo no mês de dezembro de 2005 que relaciona a evolução do trigo e da espécie humana com o desafio de produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as demandas da humanidade. Entre outras coisas esta matéria evidencia em primeiro lugar que no final do século XX, o pessimismo Malthusiano foi definitivamente superado pela capacidade tecnológica de produção de alimentos desenvolvida pelo intelecto humano. Também deixa muito claro que o ser humano é a única espécie do planeta que ao ser mais bem alimentado diminui sua taxa de crescimento demográfico. Por último coloca que no estágio atual de desenvolvimento da tecnologia de produção de alimentos, a biotecnologia já alcançou avanços que sinalizam a substituição gradual da agricultura de insumos característica da revolução verde que garantiu a sobrevivência da humanidade apesar do rápido crescimento populacional do século XX, por atributos incorporados geneticamente às culturas que vão proporcionar produções mais amigáveis ao meio ambiente garantido a segurança alimentar das populações de nossa aldeia global.

Visualizando as tendências dos mercados de commodities dos últimos 15 anos, evidenciamos uma gradual e constante queda nos preços pagos aos produtores nas principais culturas como soja, milho, trigo e arroz. O produtor brasileiro por exemplo neste ano 2006, está enfrentando a segunda safra consecutiva com frustrações climáticas e preços das principais commodities deprimidos. Além disto persistem políticas que causam distorções artificiais nestes mercados pelo aporte de subsídios originados principalmente das economias desenvolvidas na América do Norte e Europa. Nos últimos anos os países em desenvolvimento que dependem da exportação de excedentes destas commodities, tem proposto sucessivas tentativas de negociação de redução destes subsídios a nível de Organização Mundial do Comércio (OMC) sem muito sucesso, pois para as economias desenvolvidas é fundamental e estratégica a manutenção da produção nacional de alimentos. Acrescente-se a isto que o consumidor cada vez mais exigente e esclarecido, procura alimentos comprovadamente mais corretos ambientalmente (sustentáveis). Visitando países da Comunidade Européia no ano de 2005, constatamos que alguns destes aportes de recursos estão trocando de nome. Estratégias de redução de contaminação de meio ambiente como MIP - manejo integrado de pragas, redução da utilização de fertilizantes nitrogenados e a manutenção de resíduos da cultura anterior sobre a superfície do solo (plantio direto na palha), estão proporcionando pagamentos por estes “serviços ambientais” aos agricultores. Fazem parte de um programa recente da Comunidade Européia preocupada com o desenvolvimento sustentável e se denominam “AJUDAS AGROAMBIENTAIS”.

Para encerrar estas reflexões transcrevo abaixo o conceito de Agricultura Sustentável publicado por Eduardo Ehlers em 1996: *“em 1993, um grupo de organizações não-governamentais agroambientais – denominado Global Action - reunidos em Copenhague emitiu a seguinte definição para Agricultura Sustentável: **Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo (...) A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em conhecimento científico holístico”.***

Com base nestas afirmações, reflexões e experiências citadas acima podemos afirmar que para a agricultura de países em desenvolvimento como os nossos do Mercosul, o objetivo de produzir a maior quantidade de alimentos por unidade de área para atender crescentes mercados sem se preocupar com a manutenção da capacidade produtiva dos recursos naturais, é uma estratégia ultrapassada. A aldeia global está dando sinais de que não vai mais aceitar e consumir produtos que não respeitem esta nova ordem. O mundo não necessita mais atender uma crescente demanda por alimentos que justificava a utilização de produtos de alto impacto ambiental como os agrotóxicos. Por outro lado o esgotamento das reservas de petróleo sinalizam para uma gradual substituição das

exportações de commodities com objetivo de alimentação para atender as crescentes demandas por energias renováveis menos poluentes, mas ainda são mercados em estabelecimento; nossos agricultores precisam se apropriar destes conceitos para de forma progressiva enquadrar seus sistemas de produção às novas tendências.

Como medimos o que está proposto?

Medir o economicamente viável é relativamente fácil, mas o socialmente justo e o ambientalmente correto são desafios que ainda não estão muito claros. Simplesmente adotar por exemplo a proposta de agricultura orgânica como ferramenta para atender estas demandas não vai resolver o problema pois este tipo de manejo de recursos naturais com o objetivo de produzir alimentos, ainda está calçado em preparos de solo que despendem muita energia (boa parte dela oriunda de combustíveis fósseis), e comprovadamente são ineficientes para a conservação de solos. Os solos agrícolas são a base de qualquer sistema agropecuário e não podemos continuar nos comportando como “mineradores”. O Sistema Plantio Direto na Palha resolveu uma grande parcela deste problema de conservação de solos, mas ainda tem a necessidade de utilizar alguns tipos de agrotóxicos. O modelo ideal ainda não existe e cada grupo de interesse deve desenvolver e defender respeitando sua cultura, as propostas que julgar mais apropriadas para atender os desafios do nosso futuro comum.

Como a sustentabilidade da agricultura não é uma coisa estanque e sim algo que dinamicamente estamos buscando mesmo porque os conceitos de economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto variam conforme a estrutura organizacional das comunidades e seus ecossistemas característicos, o grande desafio é encontrar formas de organização social que possamos utilizar para fazer as negociações necessárias para atender a premissa básica do conceito: *“Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento eqüitativo e participativo (...)”*.

Como sugestão para exercer isto, trazemos para a discussão uma nova proposta de organização social com o objetivo de discutir nosso futuro comum através da gestão de recursos hídricos que tem permeado algumas comunidades desta aldeia global nos últimos anos. Acontece que toda e quaisquer ações antrópicas no meio ambiente, sejam positivas ou negativas, seus resultados acabam se manifestando como um atributo de qualidade e/ou quantidade na água que compõe a calha fluvial que drena a bacia hidrográfica onde estão inseridas as ações. Habitantes de uma mesma bacia hidrográfica têm pelo menos um motivo que os obriga a se relacionar: a necessidade vital de conservar água em quantidade e qualidade necessárias a sobrevivência das populações que a habitam. Os Comitês de Bacia Hidrográfica, também conhecidos como “Parlamento das Águas”, são delegações de órgãos estatais que reúnem representação dos vários interesses que circulam numa mesma região hidrográfica. A idéia foi concebida inicialmente na França no início dos anos 60 do século passado, e considerando a água como bem vital a sobrevivência da vida sobre o planeta, propõe que de forma participativa a população da bacia hidrográfica discuta e decida sobre suas necessidades e prioridades em relação ao uso deste recurso essencial.

A filosofia cartesiana dominante na concepção da revolução verde não tem logrado dar respostas para atender de forma satisfatória o desafio de medir e comparar as variáveis que formam o tripé da sustentabilidade. A visão de que a água como indicador final do resultado das ações antrópicas depois de negociadas pela população representada no comitê de uma bacia hidrográfica, pode ser uma resposta para o quesito: *“...culturalmente apropriada e fundamentada em conhecimento científico holístico”*, é no mínimo um bom desafio para enfrentarmos.

Nossa sugestão neste momento é que tratemos de organizar as diversas redes respeitando territorialidade de nações, culturas, atividades econômicas, entre outras, inserindo-as na rede dos comitês de bacia proporcionando uma interlocução proativa cujo objetivo final concorra para o desenvolvimento e manutenção da sustentabilidade da existência do ser humano sobre o planeta.